

EUGÊNIO PACELLI

Mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Procurador Regional da República no Distrito Federal e Relator-Geral da Comissão de Anteprojeto do Novo Código de Processo Penal instituída pelo Senado da República

DOMINGOS BARROSO DA COSTA

Defensor público no Estado do Rio Grande do Sul

PRISÃO
PREVENTIVA
E LIBERDADE
PROVISÓRIA

A REFORMA DA LEI Nº 12.403/11

© 2013 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pacelli, Eugênio

Prisão preventiva e liberdade provisória: a reforma da
Lei nº 12.403/11 / Eugênio Pacelli, Domingos Barroso da Costa.
-- São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8356-3

1. Liberdade provisória 2. Medidas cautelares 3. Prisão preventiva –
Brasil 4. Processo penal – Brasil I. Costa, Domingos Barroso da. II. Título.

13-08961

CDU-343.126

Índice para catálogo sistemático:

1. Prisão preventiva e liberdade provisória :
Direito processual penal 343.126

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de
dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sys: 983721

SUMÁRIO

Introdução, 1

1 Brevíssimo recorte da evolução legislativa, 5

- 1.1 O período colonial, 6
- 1.2 O período imperial, 8
- 1.3 O Código de Processo Penal de 1941, 10
- 1.4 A Constituição da República, 14

2 O processo penal no Estado de Direito, 19

- 2.1 O Estado de Direito, 19
- 2.2 O sistema acusatório na Constituição da República, 21
- 2.3 A não culpabilidade e a excepcionalidade das cautelares pessoais, 26

3 As medidas cautelares pessoais: introdução à instrumentalidade, 29

- 3.1 Critérios fundamentais: necessidade, adequação e o juízo de proporcionalidade, 30
- 3.2 Cabimento: instrumentalidade e antecipação de riscos, 36
 - 3.2.1 A prisão como *ultima ratio*, 39
 - 3.2.2 O teto e as exceções aos limites do art. 313, I, CPP, 43
 - 3.2.2.1 O concurso de crimes como exceção ao limite do art. 313, I, CPP, 48
 - 3.2.2.2 O risco de reiteração criminosa na Lei Maria da Penha, 52
- 3.3 As infrações passíveis de aplicação das cautelares, 56
 - 3.3.1 As infrações de menor potencial ofensivo, 59
 - 3.3.2 Os delitos culposos, 61

- 3.3.3 As infrações que autorizem a suspensão condicional do processo, 63
 - 3.4 Poder geral de cautela, 64
 - 3.5 Investigação e processo, 66
 - 3.6 Contraditório, 68
 - 3.7 Cumulatividade e adequação, 71
 - 3.8 O descumprimento injustificado e o agravamento das cautelares, 74
 - 3.9 Tempo e substituição das medidas, 75
 - 3.10 A atuação do juiz *de ofício* na substituição: limites, 77
 - 3.11 Recursos cabíveis, 78
- 4 A prisão preventiva, 85**
- 4.1 A fundamentação (art. 312, CPP), 86
 - 4.1.1 Prisão para garantia da ordem pública e econômica, 92
 - 4.1.2 A prisão por conveniência da instrução criminal, 104
 - 4.1.3 A prisão para assegurar a aplicação da lei penal, 105
 - 4.2 Condicionantes de cabimento (art. 313, CPP), 107
 - 4.2.1 A função autônoma da preventiva, 109
 - 4.2.2 A função subsidiária (art. 282, § 4º e art. 312, parágrafo único, CPP), 111
 - 4.2.2.1 A prisão preventiva subsidiária e a motivação, 113
 - 4.3 Sequestro, cárcere privado e formação de quadrilha, 113
 - 4.4 Prazo de duração da preventiva, 115
 - 4.5 Decretação *ex officio*, 120
- 5 A liberdade provisória, 123**
- 5.1 Apontamentos gerais, 123
 - 5.2 O flagrante, a restituição da liberdade e as cautelares: o art. 310, CPP, 126
 - 5.2.1 O controle de legalidade da prisão: relaxamento, 128
 - 5.2.2 O juiz, as cautelares e o princípio acusatório, 129
 - 5.2.3 As cautelares como liberdade provisória, 133
 - 5.3 Anotações sobre a restituição da liberdade, com fiança, 136
 - 5.3.1 O paradoxo da proibição de fiança, 139
 - 5.4 Execução provisória, 140